

ESTADO DE SÃO PAULO *Ai de nós, contribuintes*

ÁLVARO DIAS

A crônica das marchas e contramarchas do chamado "ajuste externo" da economia brasileira data do já remoto ano de 1983 —



quando, finalmente, o governo Figueiredo (1979-1985) decidiu jogar a toalha e ir ao Fundo Monetário Internacional. O País, em parafuso, chegara ao fundo, caíra na real. De lá para cá, pouco menos de dez longos e dolorosos anos se passaram. O trabalho de parto prossegue. Alternando gritos e sussurros, penosamente, a cadeia de acertos — com o FMI, o Clube de Paris e bancos internacionais — parece próxima do desenlace. Quase dez anos! Não por acaso, coincidem com a "década perdida".

Quanto tempo o leitor calcula que foi consumido pelo Congresso Nacional para "rolar a dívida dos Estados e municípios com a União"? Imitando os testes de cruzinhas, fornecerei quatro alternativas:

- a) seis anos?
- b) seis meses?
- c) seis semanas?

d) seis dias? (Convém não esquecer que o processo legislativo é proverbialmente lento. Impacienta e exaspera os temperamentos nervosos.)

A resposta correta é "d) seis dias". Menos de uma semana!

Nos corredores do Congresso circulam duas versões para esse equívoco recorde: uma modesta homenagem ao bíblico Gênesis — "e havendo acabado a sua obra, descansou no sétimo dia" —, um discreto e tardio desagravo ao velocista canadense Ben Johnson. Seja como for, uma coisa é certa: nunca tão poucos fizeram tanto mal a tantos em tão pouco tempo. Ai de nós, os contribuintes. Pagaremos um alto preço pela ligeireza legislativa.

Vejam: tangido pelo sr. Orestes Quêrcia, o PMDB engoliu um cavalor aumento de impostos em troca da rolagem da dívida dos Estados e municípios. O peso do fardo transferido para os ombros dos contribuintes é calculado em US\$ 12 bilhões por ano. Ou, mais ou menos, 3% do produto interno bruto.

Ora, como ninguém ignora, a famosa lei de Say — "toda oferta gera a sua própria demanda" — é também comprovada na área

fiscal: "Toda nova receita cria a sua própria despesa." Em outras palavras, aprovada para absorver velhas dívidas, ela será consumida por novos dispêndios. Daí a notável resistência do déficit público. E dos seus deletérios efeitos: crescente dívida pública, elevadas taxas de juros, emissões descoladas da efetiva produção de bens e serviços, inflação, aumentos dos preços.

O pior de tudo, no entanto, é o forte estímulo "à cultura do calote". Que transforma os bons pagadores em trouxas, os responsáveis em crédulos cretinos punidos pelos seus esforços — enquanto os devedores relapsos são premiados e os displicentes são agraciados. Diante dessa grave distorção, como resistir à tentação de recorrer às justamente célebres palavras de Rui Barbosa: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantar-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir da honra, a ter vergonha de ser honesto"?

Passaremos aos exemplos.

O Estado do Paraná, na gestão em que tive a honra de governá-lo, pagou US\$ 328 milhões a mais do que contraiu de empréstimos — ato e cifra que possibilitaram o saneamento financeiro do Tesouro sem impedir a realização de um conjunto impressionante de obras. Mais: encerrou o último exercício fiscal com não desprezível superávit.

O Estado de São Paulo, no mesmo período, conseguiu simplesmente elevar sua dívida em 1.216% acima da inflação! Para que não haja dúvida repetirei por extenso: mil, duzentos e dezesseis por cento.

Esse dado é oficial. Foi fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Para encerrar, mais um dado e duas perguntas. O dado: li no relatório reservado que o Estado do Rio Grande do Sul paga diariamente Cr\$ 700 milhões de juros para rolar sua dívida.

As perguntas: se os gaúchos vêm pagando isso, quanto devem estar pagando os paulistas, cariocas e mineiros? Construiremos um Brasil novo com a imprevidência financeira de alguns governantes, a fragilidade política do presidente Collor e a leviandade legislativa do comando nacional do PMDB?

■ Álvaro Dias, presidente nacional do PST, foi governador do Paraná